

A NOÇÃO DE SUJEITO DA
PÓS-MODERNIDADE E AS SUAS
IMPLICAÇÕES PARA A ANÁLISE DE
DISCURSO

Revista ALCANCE

Eletrônica

ISSN: 1983-716X

Disponível em:

www.univali.br/periodicos

THE NOTION OF SUBJECT IN POSTMODERNITY
AND ITS IMPLICATIONS FOR DISCOURSE ANALYSIS

v. 22; n. 01

Jan./Mar.-2015

Doi: [alcance.v22n1.p5-32](https://doi.org/10.1590/alcance.v22n1.p5-32)

Submetido em: 26/03/2013

Aprovado em: 08/04/2015

LA NOCIÓN DE SUJETO DE LA POSMODERNIDAD
Y SUS IMPLICANCIAS PARA EL ANÁLISIS DE
DISCURSO

CHRISTIANE KLEINÜBING GODOI¹ | ADRIANO SILVEIRA MASTELLA²

RESUMO

A construção deste artigo surgiu da necessidade de compreender a *análise de discurso* – presente na prática da pesquisa nos estudos organizacionais –, considerando as transformações epistemológicas e factuais originárias das transformações na *concepção de sujeito* discursivo impostas pela sociedade pós-moderna. A partir das características epistemológicas e da época pós-moderna, objetivamos analisar a substituição da *noção de sujeito* da modernidade – *o sujeito freudiano e kantiano* – pela noção pós-moderna de *sujeito perverso* (psicotizante). Essa passagem questiona os pressupostos modernos das práticas de interpretação discursiva. Primeiramente, estabelecemos o debate necessário sobre a superação do tradicional dualismo na noção de *sujeito determinado versus sujeito autônomo*. A superação desse dualismo torna-se vital para a construção, em seguida, da noção de *sujeito perverso* (psicotizante) - característico da era pós-moderna. Na constituição desse sujeito, iniciamos, com a filosofia-sociologia pós-moderna, a descrição do *sujeito* autorreferência. Em seguida, buscamos, na psicanálise, o entendimento da substituição do *sujeito neurótico* pelo *sujeito perverso*. E, por fim, estabelecemos o questionamento dos possíveis impactos dessas transformações sobre as práticas metodológicas de interpretação discursiva, acompanhado do alerta sobre as mudanças que atingem a análise de discurso nos estudos organizacionais.

Palavras-chaves: Pós-modernismo. Pós-modernidade. Sujeito.

ABSTRACT

The construction of this article arose out of the need to understand *discourse analysis* – which is present in research practice in organizational studies - considering the epistemological and factual transformations arising from transformations in the *concept of*

1 Doutora, Universidade do Vale do Itajaí, Brasil - chriskg@univali.br.

2 Doutorando, Universidade do Vale do Itajaí, Brasil - asmastella@yahoo.com.br.

discursive subject imposed by post-modern society. We sought to analyze the replacement of the *notion of the subject* of modernity – *the Freudian and Kantian subject* – with the post-modern notion of *perverse subject (psychotizing)*, questioning the modern premises of the practices of discursive interpretation. First, we establish the necessary debate on the overcoming of the traditional dualism of the notion of *determined subject versus autonomous subject*. Overcoming this dualism is vital for the subsequent construction of the notion of *perverse subject (psychotizing)* - a characteristic of the post-modern era. In the construction of this subject, we start with the post-modern philosophy-sociology, the description of the *self-reference subject*. Next, we look to psychoanalysis, for an understanding of the replacement of *the neurotic subject with the perverse subject*. Finally, we establish the questioning of the possible impacts of these transformations on the methodological practices of discursive interpretation, giving a warning about the changes that affect discourse analysis in organizational studies.

Keywords: Postmodernism. Postmodernity. Subject.

RESUMEN

La construcción de este artículo surgió de la necesidad de comprender el *análisis de discurso* – presente en la práctica de la investigación en los estudios organizacionales –, considerando las transformaciones epistemológicas y factuales originarias de las transformaciones en la *concepción de sujeto* discursivo impuestas por la sociedad posmoderna. A partir de las características epistemológicas y de la época posmoderna, queremos analizar la sustitución de la *noción de sujeto* de la modernidad – el *sujeto freudiano y kantiano* – por la noción posmoderna de *sujeto perverso* (psicotizante). Ese pasaje cuestiona los presupuestos modernos de las prácticas de interpretación discursiva. En primer lugar, establecemos el debate necesario sobre la superación del tradicional dualismo en la noción de *sujeto determinado versus sujeto autónomo*. La superación de ese dualismo se vuelve vital para la construcción, a seguir, de la noción de *sujeto perverso* (psicotizante) - característico de la era posmoderna. En la constitución de ese sujeto iniciamos, con la filosofía-sociología posmoderna, la descripción del *sujeto autorreferencial*. A continuación buscamos en el psicoanálisis la comprensión de la sustitución del *sujeto neurótico* por el *sujeto perverso*. Y por último establecemos el cuestionamiento de los posibles impactos de esas transformaciones sobre las prácticas metodológicas de interpretación discursiva, acompañado por un alerta sobre los cambios que alcanzan al análisis de discurso en los estudios organizacionales.

Palabras clave: Posmodernismo. Posmodernidad. Sujeto.

INTRODUÇÃO

NÃO há precisão sobre quanto tempo tem a pós-modernidade. Não há acordo sobre datas nem consenso sobre o que deve ser datado, assinala Bauman (1999); Anderson (1999), ainda que Harvey (2003) a tente situar como surgida pela primeira vez no mundo hispânico, na década de

1930. Sequer a entrada do nosso mundo na *modernidade* é fixada sem humor, tal como relata Dufour (2005a, p. 30), a imprecisão de Braudel: em algum lugar entre 1400 e 1800. Inclusive o nome dessa era imprecisa é motivo de dissidências. O termo *pós-modernidade* aceito por Dufour (2000; 2002); Santos (1987; 2001; 2004), dentre outros autores, não é utilizado, por exemplo, por Giddens (1991, 1993, 1997, 2000); Eagleton (1998), para referir-se ao mesmo período. Giddens, em suas obras, denomina a era contemporânea ainda de *moderna*, pois para existir um período *pós-moderno*, teríamos que atribuir à era anterior a designação de *pós-medievalidade*.

Além do mais, essa discussão entre *modernidade* e *pós-modernidade* acabou resultando pouco produtiva, denunciam Giddens, Beck e Lasch (1997, p. 7). Não há dúvida de que os sentimentos modernistas foram desconstruídos, superados, ultrapassados, mas há pouca certeza quanto à coerência ou ao significado dos sistemas de pensamento que possam tê-los substituído (HARVEY, 2003, p. 47). No entanto, a fim de evitar alguma confusão entre as duas épocas, utilizaremos aqui sempre a expressão *pós-modernidade*, quando esse for o sentido atribuído pelos autores, mesmo entre aqueles que preferem a expressão *modernidade* para referir-se ao período atual.

A síntese das implicações da vida pós-moderna e os principais sintomas dessa mutação atual são elaborados na obra de Dufour (2005a). Uma época que viu o desaparecimento das forças nas quais a modernidade clássica se apoiava. Época caracterizada pelo esgotamento e pelo desaparecimento das grandes narrativas de legitimação, especialmente a narrativa religiosa e a narrativa política. Assistimos ao fim das grandes ideologias dominantes; à desaparecimento das vanguardas, dos progressos da democracia. Observamos o desenvolvimento do individualismo, a diminuição do papel do Estado, a supremacia da mercadoria, o reinado do dinheiro, a sucessiva transformação da cultura, a massificação dos modos de vida, a exibição das aparências, o achatamento da história na imediatez dos acontecimentos e na instantaneidade informacional, o importante lugar ocupado pelas tecnologias poderosas e, com frequência, incontroladas, a ampliação da duração de vida, a demanda insaciável de plena saúde perpétua, a desinstitucionalização da família, as interrogações múltiplas sobre a identidade sexual, as interrogações sobre a identidade humana, a hesitação do conflito, a desafetação progressiva em relação ao político, a publicização do espaço privado e a privatização do domínio público.

Enfim, *pós* é um marcador histórico ou teórico? – interroga-se Eagleton (1998, p. 38). O que se pretende tomar aqui como objeto inicial é tanto o *pós-modernismo epistemológico*, como *forma de conhecimento*, quanto como *realidade histórica* (ROULEAU; CLEGG, 1992). Intencionamos, portanto, abordar os paradoxos do conhecimento humano que alimentaram as visões pós-modernas – com frequência relacionados à morte da epistemologia – tanto quanto eles agora podem ser compreendidos em termos mais mundanos, sociológicos (GIDDENS; BECK; LASCH, 1997, p. 2). Esta dupla compreensão do *pós-moderno* – *conhecimento* e *realidade* – assumirá importância no debate aqui estabelecido acerca da constituição do *sujeito do discurso*.

A reviravolta na civilização – assim chamada por Dufour (2005a, p. 46) – desemboca na busca de um modo de vida que articula a mudança permanente em todos os campos: técnico, científico, político, estético, filosófico. Para tanto, posiciona-se Eagleton (1998, p. 7), é preciso entender a pós-modernidade como uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. Contrariando as normas do iluminismo, a pós-modernidade vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às idiossincrasias e à coerência de identidades. Emerge da mudança histórica ocorrida no Ocidente para uma nova forma de capitalismo, para um mundo efêmero e descentralizado da tecnologia, do consumismo e da indústria cultural, no qual indústrias de serviços, finanças e informação triunfam sobre a produção tradicional.

O rompimento de um ciclo – característico da pós-modernidade – é marcado por Santos (1987, p. 19); Eagleton, (1998, p. 2), ao revelarem que estamos no fim de um ciclo de hegemonia de certa ordem científica, assinalada pelo colapso de alguns modelos epistemológicos clássicos. A cultura da sociedade capitalista avançada passou por uma profunda mudança na estrutura do sentimento, também afirma Harvey (2003, p. 45). Os paradigmas socioculturais nascem, desenvolvem-se e morrem. Com o colapso da emancipação na regulação, o paradigma da modernidade deixa de poder renovar-se e entra em crise final (SANTOS, 2001, p. 15) ou, ainda, como prefere anunciar o rompimento: pós-modernidade significa o fim de todas as modalidades de referência (DUFOR, 2002, p. 42). De maneira ainda mais contundente: a história, no sentido da modernidade, chegou ao fim (EAGLETON, 1998, p. 27). Giddens (1991, p. 29) refere-se também ao fim do ciclo como o desencaixe dos sistemas sociais que se dá na era pós-moderna, o deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação por meio de extensões indefinidas de espaço-tempo. A questão do fim das referências do sujeito, bem como da fragilidade da norma, da lei, assumiremos como eixo central no entendimento da noção sujeito pós-moderno desenvolvida neste artigo.

A partir da concepção de *epistemologia* e de *época* pós-moderna, esse ensaio objetiva analisar a passagem da noção de sujeito da modernidade – o *sujeito freudiano e kantiano* – à concepção pós-moderna de *sujeito perverso* (e psicotizante) e suas implicações para a análise de discurso. Encontra-se, para tanto, sub-dividido nas seguintes seções: a) o debate sobre a superação do dualismo moderno entre a noção de *sujeito determinado* e a de *sujeito autônomo*; b) a construção da noção de sujeito perverso (psicotizante), característico da era pós-moderna – constituição essa de sujeito que é composta pela descrição do *sujeito autorreferencial*, calcado na binariedade das tribos e papéis, desprovido da função triádica instituinte do

social, dos grupos e das funções; c) a substituição do *sujeito neurótico* (envolvido com a lei) pelo *sujeito perverso* (e sua derivação psicótica) – estrutura esta marcada pelo desvio da instauração da ordem ternária; recorre-se à psicanálise para compreender a construção do sujeito perverso e sua estruturação psíquica; e, por fim, d) o questionamento do impacto dessas mudanças na concepção epistemológico-empírica de sujeito sobre as práticas de interpretação discursiva no campo organizacional.

A SUPERAÇÃO DO DUALISMO NA NOÇÃO DE SUJEITO

A noção central do campo do psíquico é justamente a de sujeito, proclama Elia (2000, p. 35), ao discutir o processo de constituição do sujeito – preocupação que atravessa a história da filosofia moderna. O sujeito de que falamos aqui é, com efeito, uma nova categoria filosófica, declara Badiou (p. 43). Como processo construído, o sujeito, portanto, não simplesmente *nasce* e se desenvolve. Para entender o modo pelo qual o sujeito se constitui, é necessário considerar o campo do qual ele é o efeito, a saber, o campo da linguagem (ELIA, 2000, p. 36).

O sujeito não é um nada, um vazio, um intervalo, afirma Badiou (2002, p. 44). Ele tem uma consistência, de tal forma que se podem determinar seus componentes. Para este autor, entretanto, o sujeito não é uma substância, um ser, uma alma, uma *coisa pensante*, como diz Descartes. Ele depende de um processo, que começa e acaba. O sujeito não preexiste de forma alguma ao processo. O sujeito não é uma consciência, uma experiência. Ele não é a fonte do sentido. De fato, ele é constituído por uma verdade, e não fonte da verdade (BADIOU, 2002, p. 43).

Acerca dessa característica de verdade do sujeito, Badiou (2002, p. 44) lembra que, para se uma verdade pretende se afirmar como novidade, deve haver um suplemento, e esse suplemento é entregue ao acaso, é imprevisível, incalculável, ou seja, ele está além daquilo que é. Badiou (2002, p. 44) chama esse suplemento de um *evento*. Um evento está ligado à noção de indecidível. Se fosse possível, a partir das regras, decidir se um enunciado é verdadeiro ou falso, não se trataria de um evento, mas de um fenômeno calculável, previsível. Nenhuma regra permite decidir que o evento é um evento, declara Badiou (2002, p. 45). No raciocínio deste autor, o fato de que o evento seja indecidível faz com que apareça um sujeito do evento, o *sujeito da incerteza*.

Como processo, o sujeito é absolutamente inexistente na situação antes do evento. Badiou (2002, p. 46) denomina o sujeito de suporte de um processo de verdade. Diremos que o processo de verdade induz o sujeito, diferentemente do sujeito psicológico, do sujeito reflexivo (no sentido de Descartes) ou do sujeito transcendental (no sentido de Kant). Iniciamos aqui, portanto, a falar do *sujeito epistêmico*.

Também no que concerne ao significado atribuído por Foucault (2004) aos termos *indivíduo* e *sujeito*, Fonseca (2003, p. 25) retoma uma diferenciação. Tal diferenciação se acenta na cautela que o próprio Foucault parece ter ao empregá-

los: a de que haveria uma teoria do sujeito para os gregos, que se teria perdido com o cristianismo. Foucault (2004) afirma que nenhum pensador grego encontrou uma noção de sujeito, nem sequer procurou. Daí o autor afirmar que não há, para os gregos, sujeito. O que não quer dizer que eles, analisa Fonseca (2003, p. 75), não tinham tentado definir as condições nas quais se daria uma experiência que não é a do *sujeito*, mas a do *indivíduo*, na medida em que o indivíduo procura constituir-se como mestre de si. Especialmente, em *Vigiar e Punir*, o indivíduo moderno vai sendo delineado como um produto da disciplina, que, por sua vez, fabrica indivíduos. Percebe-se, já em Foucault (2004), a acentuada existência do dualismo entre as noções de *sujeito* e *indivíduo* – diferentes modos de subjetivação do ser humano dentro da nossa cultura.

Assistimos, entretanto, à extinção rápida dessas formas filosóficas modernas do sujeito que serviam de referência e, conseqüentemente, assinala Dufour (2005a, p. 16), à destruição do duplo sujeito da modernidade, o *sujeito crítico* (kantiano) e o *sujeito neurótico* (freudiano). Quando se refere à cassação do *sujeito kantiano* ou do *sujeito freudiano*, Dufour (2005a, p. 16) entende *sujeito* no sentido filosófico do termo, não de um *indivíduo* no sentido sociológico, empírico ou mundano da expressão. A essa definição dupla do sujeito moderno como sujeito neurótico e crítico que, na opinião de Dufour (2005a, p. 58), vem a desabar na passagem para a pós-modernidade. Era próprio da modernidade, em nome do espaço crítico, combater tudo – inclusive ela mesma. Por que essa definição dupla do sujeito moderno como neurótico (freudiano) e crítico (kantiano) se estilhaçou? Muito simples, porque mais nenhuma figura do *Outro*, mais nenhum grande *Sujeito* vale verdadeiramente na nossa pós-modernidade. Que figuras do *Outro* haveria hoje, na pós-modernidade? Interroga-se Dufour (2005a, p. 59).

O processo de constituição do indivíduo pós-moderno representa em todos os domínios a paixão comunitária. Trata-se do que Maffesoli (2006, p. 15) denomina de *a saturação do sujeito, subjetividade de massa*, ou ainda de *narcisismo de grupo*. Essa expressão maffesoliana de *saturação do sujeito* será aqui posteriormente retomada na compreensão do conceito de *tribos* (onde não há mais sujeitos, mas pessoas). A história da filosofia ocidental, narrada por Dufour (2005a); Eagleton (1998), é, de um modo geral, a narrativa desse sujeito completamente autônomo, ao contrário do sujeito disperso, dividido da ortodoxia pós-moderna recente. Surge aqui novamente a dicotomia clássica, reforçada também pela psicanálise, entre *indivíduo* (autônomo) e *sujeito* (dividido). O sujeito pós-moderno aproxima-se, então, do sujeito dividido, fragmentado da psicanálise. É preciso considerar que essa cisão do sujeito – provocada pelo recalque – já era constitutiva do sujeito moderno freudiano. Cabe lembrar também que a tradição liberal não tem necessidade alguma de postular um *individualismo* ontológico. Apesar de ser esta uma discussão epistemológica, conforme Dufour (2005), qualquer liberal razoavelmente sofisticado pode concordar que o sujeito é culturalmente construído e historicamente condicionado.

O debate acerca do *sujeito autônomo* é relativizado por Dufour (2005a, p. 39), pois a noção de *sujeito*, em latim, advém de *subjectus*, que designa o estado do que é *submisso* – justamente o oposto da noção pretendida de autonomia pela modernidade. O sujeito é, portanto, seguindo o raciocínio de Dufour (2005a), primeiro o assujeitado, o submisso. Da mesma forma, o autor complementa que a palavra *subjet*, em inglês, assim como *sujeito*, em português, permite tanto as construções *sujeito de* - e de *sujeito a* - nos dois casos podemos interpretar a *sujeição a*.

Possenti (2001; 2002), de outro lado, recusa as concepções mais em moda, as que considera o sujeito como assujeitado. Mas também não postula um sujeito compatível ao *cogito* e considera, mesmo, que seria incipiente, a esta altura do século XXI, seja postular esta noção de sujeito, seja ainda lutar contra ela, contribuindo, assim, para a desmistificação do dualismo na noção de sujeito.

O fim epistemológico do dualismo na noção de sujeito é declarado, fundamentalmente, pelas concepções de Eagleton (1998); e Maffesoli (2006). No discurso de Eagleton (1998, p.89), o eixo autônomo dessa ordem social pós-moderna representa ao mesmo tempo a fonte de liberdade e o obstáculo para ela; todos agora se convertem em consumidores, meros objetos de desejo; emerge uma não identidade generalizada. O sujeito pós-moderno é, paradoxalmente, ao mesmo tempo “livre” e determinado. “Livres” porque constituído até a alma por um conjunto difuso de forças, por outro lado, a tendência culturalista do pós-modernismo pode levar a um autêntico determinismo: o poder, o desejo, as convenções ou as comunidades interpretativas nos moldam, sem que possamos evitá-lo, a comportamentos e crenças específicas (EAGLETON, 1998, p. 90). Seguindo o mesmo raciocínio, Maffesoli (2006, p.148) afirma que, se por um lado o sujeito pós-moderno é determinado, ele é também independente, continente, aleatório; se o sujeito se mostra escorregadio, é porque atua como ponto de atrito entre forças culturais incompatíveis.

Giddens (1991) introduz a discussão sobre o fato de que a partir da concepção que determinada época faz da alteridade é que se pode determinar a forma essencial de uma dada sociedade, ou seja, o determinismo do sujeito sobre a época ou, contrariamente, a discussão paralela, e mais amplamente difundida, acerca da época sobre a formação do sujeito. Na definição de Beck (1997, p. 24), aparece o indivíduo determinado pela época, na medida em que define a individualização como, primeiro, a desincorporação e, segundo, a reincorporação dos modos de vida da sociedade industrial por outros modos novos, em que os indivíduos devem produzir, representar e acomodar suas próprias biografias.

Bauman (2009) coloca que paradoxalmente a individualidade se refere ao espírito de grupo e precisa ser imposta por um conjunto. Ser um indivíduo significa ser igual a todos no grupo, na verdade idêntico aos demais. Os indivíduos buscam desesperadamente sua individualidade, não há escassez de auxílios, consagrados ou autoproclamados, que se mostrarão totalmente dispostos a nos guiar pelos

calabouços sombrios de nossas almas, cujos nossos autênticos "eus" permanecem supostamente aprisionados, lutando para escapar em busca da luz.

"Torçamos aqui o pescoço da *doxa* que vê no indivíduo e no individualismo as características de nossa época", proclama Maffesoli (2004, p. 17). São muitos os trabalhos de filósofos, historiadores e antropólogos, como os de Louis Dumont - explica o autor -, que mostraram com clareza que foi pela invenção do indivíduo que se inaugurou a *pós-medievalidade*. Prossegue Maffesoli (2004, p.18) a defesa da importância da alteridade sobre a formação da época: o livre arbítrio introduzido pela Reforma, Descartes e seu *ego cogitante*, o sujeito autônomo do iluminismo, ao lado de muitas outras etapas históricas, fizeram do indivíduo o senhor e possuidor de si mesmo e da natureza.

As identidades individuais e os vínculos inter-humanos são apresentados na cultura contemporânea como substância da liberdade individual. Uma escolha que tal liberdade não iria reconhecer, garantir ou permitir é a decisão de continuar se apegando à identidade já construída, ou seja, ao tipo de atividade que também pressupõe a preservação e a proteção da rede social na qual a identidade se baseia ao mesmo tempo em que a reproduz ativamente (BAUMAN, 2008a), sendo que a identidade divide e separa, porém a precariedade da solitária construção da identidade faz com que os construtores de identidade busquem um bode expiatório para pendurar nele seus medos e ansiedades vividos individualmente e executar os ritos de exorcismo na companhia de outros indivíduos, similarmente temerosos e ansiosos (BAUMAN, 2008b). Para Savickas (2012), os indivíduos começam a formar identidades psicológicas por meio da associação do eu com papéis sociais e representações culturais.

A PÓS-MODERNIDADE E A NOÇÃO DE SUJEITO AUTORREFERENCIAL

O pensamento pós-moderno já não concebe o indivíduo alienado no sentido marxista clássico, porque ser alienado pressupõe um sentido de eu coerente, e não fragmentado, do qual se pode alienar (HARVEY, 1992). Tal indivíduo liberado da sujeição ao coletivo acha-se cada vez mais submetido aos poderes do medo e da inquietude, como coloca Lipovetsky (2004). A narrativa identitária conceituada por Ricoeur reflete a relação do indivíduo "eu" com o mundo, quando este vem examinar a causalidade, no qual foca as mudanças que ocorrem nas orientações pessoais para o mundo deste sujeito (DYBICZ, 2010).

A pós-modernidade orgulha-se da fragmentação do mundo como sua maior realização (BAUMAN, 1999, p. 20). O fato de a pós-modernidade ter instituído outro tipo de espaço, um espaço mutante, onde tudo é flexível, inclusive os valores, é considerado por Dufour (2005a, p. 73) como o desabamento da ficção central que organizava nossas vidas. Nesse *lócus*, ordem e caos são gêmeos modernos, como metaforiza Bauman (1999, p. 12). Benito e Rodriguez (2010) resumem a pós-

modernidade como um momento histórico *cool*, caracterizado pela tolerância em um mundo fragmentado, com pouco compromisso, porém mais democrático que em fases anteriores.

Na visão de Hicks (2011), os debates pós-modernos exibem uma natureza paradoxal. Todos professam, por um lado, os temas abstratos do relativismo e do igualitarismo. Esses temas assumem formas éticas e epistemológicas. A objetividade é um mito, não existe verdade, nenhuma maneira certa de interpretar a natureza ou um texto. Todas as interpretações são igualmente válidas. Os valores são produtos socialmente subjetivos. Culturalmente falando não há valores em nenhum grupo que mereça crédito especial. Alastuey (2003) complementa que o subjetivismo, a autenticidade, a emoção são fatores de destaque do universo pós-moderno.

Na perspectiva de Pescosolido e Rubin (2000), o pós-modernismo contribui para criação de um novo paradigma social e cultural, surgindo como esperança para compreensão das circunstâncias contemporâneas em relação aos limites do modernismo e, concomitantemente, vem superar o limite dos métodos utilizados para tratar tais circunstâncias. Esta perspectiva tem identificado tais circunstâncias nas análises sociológicas da vida social e das ciências sociais que eram anteriormente ignoradas.

A virada dita pós-moderna - momento em que uma parte da inteligência do capitalismo se pôs a serviço da *redução das cabeças* -, para utilizar uma das principais expressões dufourianas, tem como último aspecto do substrato epistemológico a importância que a imagem passa a assumir na constituição do sujeito e na da sociedade, conhecida como sociedade do espetáculo.

Na pós-modernidade a tecnologia e a mídia são o verdadeiro sustentáculo da função epistemológica, as quais explicam toda mutação na produção cultural, diante da sociedade de imagens, cujos sujeitos estão expostos a um bombardeio de imagens todos os dias e começam a viver uma relação muito diferente com o espaço e o tempo, com a experiência existencial, assim como o consumo cultural (JAMESON, 2006). As teorias-chaves pós-modernas argumentam que a sociedade contemporânea, com suas novas tecnologias, diferentes formas de cultura e experiências, além de atrativas transformações econômicas, sociais e políticas, constituem uma ruptura com o prévio caminho de vida, trazido pelo fim da era moderna (BEST; KELLNER 1997).

Dufour (2005a, p. 51) descreve os três traços da condição subjetiva *moderna*: o *diferendo*, a *crítica* e a *neurose*. O *diferendo*, traço instituído por Lyotard, de acordo com Dufour (2005a), para referir-se ao fato de que a *modernidade* - pela pluralidade de grandes *Sujeitos* que a caracteriza -, engendrou formas discursivas novas que se traduzem por maneiras inéditas de falar e de se realizar na linguagem; consagrou o desenvolvimento de modalidades de dominação novas extremamente violentas (como a colonização e a escravidão); essas modalidades são chamadas de *diferendo*. O *diferendo* não vem do assujeitamento imposto por tal ou qual grande *Sujeito*, mas de um terror de exceção, sem contestação, porque vindo de alhures, de um mundo

diferente determinado por um grande *Sujeito* diferente. A *crítica* foi presenciada na modernidade pela criação de um novo espaço discursivo caracterizado pela *crítica* no interior. A forma discursiva *crítica* vem de que todas as definições de *Outro* podem ser encontradas na modernidade, que, a partir daí, só pode funcionar como um espaço aberto a referências múltiplas, até mesmo contraditórias, no qual os balizamentos estão em constante deslocamento (DUFOR, 2005a, p. 52). Essa multiplicidade das formas do grande *Sujeito* e das figuras do *Outro* na modernidade igualmente acarreta outra consequência maior: a condição subjetiva não se encontra mais definida apenas pela *crítica* (da parte dos processos secundários conscientes ou inconscientes), mas também pela *neurose*, como se diz a partir de Freud (1982a; 1982b), da parte dos processos primários, isto é, do inconsciente.

O *Outro*, tal como foi formulado por Lacan (2003), não está muito longe de se referir ao que Dufour (2005a, p. 31) evoca acerca do Ser ou do Um – aliás, na teoria lacaniana do simbólico, o *Outro* figura como lugar terceiro na fala. O significante do *Outro* está como lugar da lei. A importância que os grandes *Sujeitos* e *Outros* desempenhavam na modernidade vem desaparecer na pós-modernidade. Ausências que serão vitais a posterior narrativa aqui elaborada do sujeito perverso. Na pós-modernidade não há mais *Outro* no sentido do *Outro* simbólico. Foi por isso que, na visão de Dufour (2005a, p. 59), nesse período, assistimos ao declínio das grandes narrativas. Não há narrativas sem simbólico, sem *Sujeito*.

É da impossibilidade, para todo indivíduo normalmente constituído, de seguir o conjunto das máximas morais de ação exigíveis do sujeito transcendental, aquelas que Kant (2002) expõe em sua *Crítica da razão prática*, que surge o sujeito freudiano. É por isso que o sujeito freudiano (sujeito à culpabilidade) e o sujeito kantiano (submetido à moral) formam um par, como conclui Dufour (2005a, p. 53). Poderíamos dizer, o par opositivo dependente do sujeito da modernidade. O primeiro nasce, de algum modo, da neurose e da impossibilidade de satisfazer à crítica exigida do segundo. A neurose, com sua propensão à repetição, parece incompatível com o livre desdobramento da crítica. De modo geral, acrescenta Dufour (2005a, p. 53), formular uma incompatibilidade entre a crítica e a neurose equivale a esquecer a capacidade do neurótico (seja qual for a forma neurótica que lhe caiba) de querer que o mundo seja interpretado em função de seu sintoma, daquilo que não para de insistir, à sua revelia, em seu discurso. A modernidade deve tudo a esses dois sujeitos intimamente ligados pela relação com as múltiplas figuras do *Outro* que a caracteriza.

O espaço da pós-modernidade não se caracteriza pela crítica, pela autonomia e, tampouco, pela neurose, mas pela morte do sujeito kantiano e do sujeito freudiano, como propõe Dufour (2005b). O espaço que resta é anômico, sem referências e sem limites, isto é, um espaço no qual nem todos os indivíduos se tornam necessariamente psicóticos, mas no qual as solicitações para tornar-se são abundantes (DUFOR, 2005a, p. 60).

A pós-modernidade, com efeito, corresponde à época em que nos pusemos a definir o sujeito não mais por sua dependência e sua submissão ao grande *Sujeito*, mas por sua autonomia jurídica, por sua total liberdade econômica, e em que nos pusemos a dar do sujeito falante uma definição *autorreferencial*: o novo sujeito não é mais o sujeito de Deus, do rei ou sujeito à República, afirma Dufour (2005a, p. 72), mas sujeito dele mesmo. Os referentes da modernidade sucumbiram. Deus (e a teologia), o Espírito (e a filosofia), o indivíduo (e a economia) cede lugar ao reagrupamento. O homem não é mais considerado isoladamente, concorda Maffesoli (2006, p. 129)

Todavia, Dufour (2005a, p. 75) se pergunta se o *Mercado* não passou a constituir-se o novo grande *Sujeito*, em virtude de que a narrativa que glorifica a mercadoria é a narrativa dominante atualmente, complementa Dufour (2005, p. 76). O interessante em todo o raciocínio de Dufour sobre a constituição do não sujeito é que a mercadoria deve, para ele, poder funcionar no quadro da economia pulsional. Essa questão pulsional será aprofundada posteriormente na ocasião da questão do sujeito psicanalítico. Mas essa conexão das duas economias - de mercado e pulsional - é, afinal, o que explica a força e o domínio atual da narrativa da mercadoria. Poderíamos dizer que não haveria mercadoria e consumo sem desejo. Trata-se, em suma, de pôr diante de cada desejo (por definição "sem objeto"), um objeto industrializado encontrável no mercado dos bens de consumo. Na narrativa da mercadoria, cada desejo deve encontrar seu objeto, encerra Dufour (2005a, p. 78).

Dufour (2005, p. 87) utiliza a metáfora religiosa como culto substituído pela *Mercadoria*: a narrativa da *Mercadoria* se infiltra justamente nos espaços de culto deixados livres pela narrativa religiosa na modernidade. Hoje, relata Dufour (2005, p. 87), não sem tom irônico e trágico, o *Mercado* pretende substituir a Igreja no laço social: vai-se a eles e comunga-se em família os dias de repouso, como se ia ao domingo à missa (cada vez mais os supermercados se abrem aos domingos). Mantendo o sujeito preso a uma verdadeira servidão voluntária e automática, o *Mercado* fabrica – para a pós-modernidade – um novo homem e a *Mercadoria* é promovida, então, como único real possível.

Entretanto, o *Mercado* fracassa em sua pretensão em se constituir como novo grande *Sujeito* (DUFOUR, 2005a, p. 87), o que se constata nas novas formas tomadas pelos distúrbios mentais na sociedade atual. O *Mercado* ignora o *Terceiro* e pode propor apenas relações duais, isto é, interações, contribuindo para um sujeito impedido de ser plenamente sujeito. Esse fracasso na formação do ternário começa a delinear o *sujeito perverso* que o *Mercado* vai ajudar a construir.

Além do *Mercado*, da Política, há outras Instituições dedicadas à fabricação desse sujeito: de um lado, a televisão e, de outro, uma nova escola, geradoras de um enfraquecimento da função crítica (DUFOUR, 2005a, p. 119). O achatamento das crianças pela televisão começa muito cedo, denuncia Dufour (2005a, p. 120). Não se pode imaginar que uma pessoa habituada a assistir televisão durante oito horas

por dia se pareça com o sujeito que uma vez conquistou a Índia ou anexou o Caribe, indigna-se Eagleton (1998, p. 23). O consumo de imagens e a espetacularização do *eu* na sociedade do espetáculo já haviam sido criticados por Ferrés (2000). Há, então, entre *Mercado* e consumo, dois tipos de sujeito – sujeitos produtores e sujeitos consumidores, uns autores vivazes de si próprios e outros autoalienados. Por certo, que o sujeito perverso aproxima-se do sujeito produtor. E aqui a questão do simbólico assume função vital. De que forma a função simbólica era transmitida e adquirida na modernidade? Dufour (2005a, p. 128) responde que transmitir uma narrativa é, com efeito, transmitir conteúdos, crenças, nomes próprios, genealogias, ritos, obrigações, saberes, relações sociais, mas é também e antes de tudo transmitir um dom de palavra instituinte do *sujeito falante*.

Na análise do simbólico na pós-modernidade, Dufour (2005a, p. 14; 50) elabora que a língua e os modos de falar se veem afetados pela dessimbolização (declínio das narrativas). Das sobrecargas simbólicas a que fomos solicitados a viver, resultou uma dessimbolização do mundo, ou seja, toda garantia simbólica das trocas entre os homens tende a desaparecer, é a própria condição humana que muda. A função simbólica muito simplesmente não é transmitida. O acesso à simbolização se opera desde sempre pelo simples pôr em operação a mais antiga atividade do homem, o discurso oral frente a frente (DUFOUR, 2005a, p. 189). Lembremos que o simbólico, na psicanálise de Lacan (LACAN, 2003), por exemplo, era constitutivo do sujeito. A dessimbolização pós-moderna vem a tornar-se mais um aspecto na construção do *sujeito perverso*. No momento que lei instituinte do ser perde seu valor, a estrutura psíquica perversa – “eu sei que não posso, mas” – entra em cena.

Quando o vínculo social da pós-modernidade se esvazia de substância, e essa nova definição do sujeito por meio do *Mercado* tem seu lugar, estamos falando da desconstrução de uma noção de sujeito. Pois o predomínio absoluto do mercado, longe de representar uma nova definição referencial, só é pensável como culminação ou o triunfo absoluto da *autorreferência* (DUFOUR, 2002, p. 34). Na pós-modernidade, o sujeito não é mais definido na sua relação de dependência a Deus, ao Rei ou à República – as hetero-referências - sendo obrigado a se definir por ele mesmo. Leclair (1977) observa que o século XX viu desabarem todas as figuras relativas ao terceiro.

A hegemonia da *autorreferência* acaba por esvaziar e diluir a função estruturante do ternário. O processo de subjetivação – que depende do funcionamento ternário (FREUD, 1982d; LACAN, 2003; DÖR, 1991) - se encontra assim posto em perigo, produzindo seus efeitos devastadores sobre o sujeito falante. Passamos por um regime em que o inconsciente se manifestava predominantemente pela *neurose* (como dívida para com o terceiro, envolvimento com a lei e o sintoma) para um modo em que ele se manifesta por formas *perversas* e *psicotizantes* (como forclusão do *Nome do Pai*, para usar expressão lacaniana – representação originária da lei agora infringida ou desconhecida). Na *autorreferência* “É eu quem diz quem sou

eu”, levando a impossibilidade de ser si mesmo, como diria Ricoeur (1991), a um sujeito “abandonado à capacidade de assumir por ele mesmo uma subjetivação” (DUFOUR, 2005a, p. 92), obrigado ao “Sê tu mesmo”, desprovido do apoio no *Outro* – o que só poderia produzir uma desordem interior.

As grandes categorias da razão, com que se armou o Ocidente, que representam a forma binária são: o dualismo, a dialética, a causalidade e, ainda, o cálculo binário. Nosso mundo passou ao controle do Dois. Nosso pensamento é dualista, nossa filosofia é dialética, as tecnociências são binárias. (DUFOUR, 2000, p. 10). Sobre a luta entre binário e ternário, determinante na história da cultura e do mal-estar atual da nossa civilização, Dufour (2000, p. 12) assinala que só a forma trinária pode garantir a diversidade das culturas. Porém, os territórios onde ela se exprime são cada vez mais estreitos, controlados e dominados pelas redes da binariedade; a parte substancial do homem ternário encontra-se em vias de submeter-se o domínio absoluto do binário.

A trindade representa, em suma, a essência do laço social já que, sem ela não haveria relação de interlocução, não haveria cultura humana (DUFOUR, 2000, p.58). Por sua vez, o laço social se dispersa em uma multidão de sociabilidades, cada uma possuindo suas próprias fixações referenciais (DUFOUR, 2005a, p. 74). Assistimos, então, ao aparecimento das *Tribos* – tendências que visam remediar a carência do *Outro*. Gangue, bando ou seita – as *Tribos* visam suprir a carência do *Outro*. *Tribos* religiosas, sexuais, esportivas, musicais: o número dela é infinito e sua estrutura é idêntica – ajuda mútua, compartilhamento dos sentimentos, ambiente afetivo (MAFFESOLI, 2004, p. 24). Para o autor, o tribalismo, que não podemos mais, empiricamente, contestar, era anteriormente evidenciado em uma determinada faixa etária adolescente. Na opinião de Maffesoli (2004, p. 8), as *Tribos* constituem uma maneira de negar a profunda mudança de paradigma que se está operando. O falar jovem, o vestir-se jovem, os cuidados com o corpo, as histerias sociais são, amplamente, partilhados. Cada um, qualquer que seja sua idade, sua classe, seu *status*, é, mais ou menos, contaminado pela figura da *criança eterna*.

O *processo tribal* (ANTONIO, 2000) tem contaminado o conjunto das instituições sociais. E é em função dos gostos sexuais (GIDDENS, 1993), das solidariedades de escolas, das relações de amizade, das preferências filosóficas ou religiosas que vão se constituir as redes de influência, a camaradagem e outras formas de ajuda mútua, das quais se tratou, que constituem o tecido social, de um encontro social racionalmente pensado e organizado. A sociedade é somente uma concentração de pequenas *Tribos*, que se dedicam, de qualquer modo, a se ajustar, se adaptar, se acomodar entre si (MAFFESOLI, 2006, p. 14). Para o autor, o Tribalismo que vive no coração do pós-moderno apresenta as seguintes características essenciais contrárias ao *ego cogito*: o sentimento de pertencimento, a colocação em rede horizontal, a simbiose afetiva e os processos de contaminação que tudo isso suscita.

O *Tribalismo* marca a transformação, além do *grupo* em *tribo*; do *indivíduo* em *pessoa*; e das funções em *papéis*. Melhor diferenciando as mudanças, Maffesoli (2006,

p. 31) compreende, de um lado, o *social* e, de outro, a *socialidade*. No *social* (período moderno), o *indivíduo* podia ter uma função na sociedade, e funcionar no âmbito de um partido, de uma associação, de um grupo estável. Já na *socialidade* (período pós-moderno), a *pessoa* (*persona*, lembrando que no grego, *persona* significa a máscara do teatro) representa *papéis*, tanto dentro de sua atividade profissional quanto no seio das diversas tribos de que participa. Mudando o seu figurino, ela vai, de acordo com seus gostos (sexuais, culturais, religiosos, amicais), assumir o seu lugar, a cada dia, nas diversas peças teatrais que representa. À autenticidade dramática do *social* corresponde a trágica superficialidade da *socialidade* (MAFFESOLI, 2006, p. 31). O termo *indivíduo*, no *Tribalismo*, como diz Maffesoli (2004, p. 26), já não parece aceitável. Talvez conviesse falar, no que tange à pós-modernidade, numa *pessoa* (*persona*) que desempenha diversos papéis no seio das tribos a que adere. A identidade se fragiliza, as identificações múltiplas e, ao contrário, multiplicam-se. Maffesoli (2004, p. 29) aponta assim o eixo essencial das consequências do *Tribalismo*: *a saturação do conceito de Indivíduo*. Ryan, Mcloughlin e Keating (2006) mostram um olhar tardio sobre o individualismo moderno como definição da identidade pós-moderna, enquanto que outro olhar sobre o tribalismo pós-moderno define a condição identitária em um mundo pós-moderno.

A criação de identidade envolve a orientação estética dos indivíduos, permitindo expressar o que eles são e para as afiliações comunicativas com os outros (VENKATESH; MEAMBER, 2008). Sendo que a ideia de identidade foi dilacerada por uma contradição interna, navegando por duas extremidades a individualidade descompromissada e a pertença total. Tal caminho leva a identidade a uma luta interminável entre o desejo de liberdade e a necessidade de segurança, assombrada pelo medo da solidão e o pavor da incapacidade (BAUMAN, 2009).

Bauman (2008b) menciona o conceito de individualização que consiste em transformar a identidade humana de uma coisa dada em uma tarefa e encarregar os atores com as consequências de seu desempenho, em outras palavras consiste em estabelecer uma autonomia.

A busca por uma identidade social faz o indivíduo pertencer a uma determinada categoria social que influencia a personalidade deste indivíduo a se comportar de acordo com as características desta categoria (SMITH; WOODWORTH, 2012).

Calás e Smircich (1999) destacam que as temáticas abordadas pelo pós-modernismo nos estudos organizacionais relacionam-se a queda das grandes narrativas; a indecisão dos significados; as crises de representação e a problematização dos temas e dos autores que particularmente influenciam a teoria das organizações a se tornar mais reflexiva na construção do conhecimento. Alvesson e Deetz (2010) acrescentam a hiper-realidade, substituição do mundo real em que as simulações têm precedência sobre a ordem social contemporânea; pesquisa como resistência e indeterminação, utilização de ironias e jogos são preferidos à racionalidade, à previsibilidade e à ordem.

A PSICANÁLISE E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO PERVERSO

A noção de sujeito na pós-modernidade implica a instalação do sujeito perverso e seus novos sintomas. Não há dúvidas quanto ao fato de que o sujeito que se apresenta nos dias de hoje não é mais globalmente o mesmo que o que se apresentava há uma geração (DUFOR, 2005, p. 24). Diferentemente da antiga economia psíquica, estaríamos passando de uma economia fundada no recalque e, pois, na neurose, para uma cultura que promove a perversão, última defesa contra a psicose.

A neurose do sujeito moderno, com suas fixações compulsivas e suas tendências à repetição, não oferecia garantia da flexibilidade necessária às conexões múltiplas no fluxo das mercadorias. Mas o capitalismo é o melhor produtor do sujeito esquizoide, esse da pós-modernidade. Esse sujeito da pós-modernidade não é mais, com efeito, o sujeito crítico - colocado prioritariamente em uma deliberação conduzida em nome do imperativo moral da liberdade -, e também não é o sujeito neurótico, preso numa culpabilidade compulsiva, é um sujeito precário, acrítico e psicotizante – entendemos por *psicotizante* um sujeito aberto a todas as flutuações identitárias e, conseqüentemente, pronto para todas as conexões mercadológicas (DUFOR, 2005a).

Economia psíquica e economia econômica estão intimamente associadas. É certo que a economia atua no registro libidinal, na medida em que pretende sempre apresentar a todo sujeito um objeto industrializado supostamente capaz de vir satisfazer seu desejo, mas ela fracassa em funcionar como economia geral na medida em que deixa o sujeito diante de si mesmo quanto ao essencial: sua própria fundação psíquica. Dufour (2005, p. 84) admite que não podendo ser cumprido pelo *Mercado* esse trabalho específico da cultura, necessário ao advento do *eu*, frequentemente são as mais loucas reivindicações totalitárias que se apresentam então (fundamentalismos, etnicismos, regionalismo).

Essa questão da nova estrutura psíquica é evidenciada por Dufour (2005a) não apenas como simples hipótese teórica; ao contrário, ela parece identificável por meio de todo um cortejo de acontecimentos, nem sempre bem circunscritos, que afetam as populações. Domínio do mercado, dificuldades de subjetivação e de socialização, toxicomania, multiplicação das passagens ao ato, aparecimento do que se chama, corretamente ou não, os novos sintomas, explosão da delinquência em porções não negligenciáveis da população jovem. Por exemplo, a anorexia, a bulimia, a depressão, a crise do pânico, quer dizer, práticas de ruptura, de rejeição do laço com o *Outro*, frequentemente encontradas e invocadas nos diagnósticos ditos de *pré-psicose*.

A relação entre as estruturas psíquicas fundamentais e a pós-modernidade é analisada por Dufour (2005a): essa distância interna do sujeito para com ele mesmo se descobre como inerente ao sujeito pós-moderno e modifica sensivelmente o diagnóstico feito por Freud (1982d) quanto ao sujeito moderno, tendente à neurose – constituindo a psicose, que, para Freud (1982d), representava a exceção. É na

direção de uma condição subjetiva definida por um estado limite entre neurose e psicose que doravante se define o sujeito pós-moderno, cada vez mais tomado entre melancolia latente (a famosa depressão), impossibilidade de falar na primeira pessoa, ilusão de todo-poder e fuga para frente nos falsos *self*, nas personalidades de empréstimo, inclusive múltiplas, oferecidas em profusão pelo *Mercado*. Em outros termos, a pós-modernidade veria o declínio do que Freud (1982c) chamava de neurose de transferência em proveito das psiconeuroses narcísicas, contra as quais a última proteção fica sendo, com frequência, a perversão.

Foi porque o inconsciente era dado a ver na superfície que Freud (1982e) pôde ir buscar o conceito organizador da psicanálise, o nó edípico, nos mitos gregos. Esse estranho e desconcertante acesso direto ao inconsciente em sua forma arcaica é sempre atual. O inconsciente está ligado às figuras do *Outro* as quais se sucederam na história. E é por isso que Lacan dizia de maneira altamente provocadora que “o inconsciente é a política” (2003). O inconsciente, como relação com o *Outro*, com efeito, é necessariamente político na medida em que o *Outro* organiza o espaço social em que o sujeito se produz. O saber em psicanálise é atravessado, de ponta a ponta, pelo inconsciente (ELIA, 2000, p.7). O inconsciente é estruturado como uma linguagem (LACAN, 2003) e que, sendo assim, é a palavra a via de acesso a ele.

O sujeito moderno trazia nele algo como a paixão de ser *um Outro*, isto é, o desejo de se produzir como sujeito do *Outro*. Na comparação de Dufour (2005a, p. 103), o sujeito pós-moderno responde hoje que quer apenas ser ele mesmo, nada mais que ele. É por isso que, se as patologias modernas frequentemente giravam em torno de uma paixão de ser *um Outro*, as patologias pós-modernas giram em torno da questão de ter que se fundar sozinho. Uma consequência do que Lacan (2003) havia chamado de *Verwerfung*, a forclusão (do *Nome do Pai*). Com efeito, se não tenho pai, então eu devo me engendrar a mim mesmo. Na pós-modernidade, prossegue Dufour à comparação (2005a, p. 105): não estamos mais ligados com o sujeito neurótico, caracterizado por uma culpabilidade compulsiva, ligada à suposição de um *Outro* cuja expectativa ele não pararia de decepcionar. O que define o sujeito na pós-modernidade é algo como o sentimento de onipotência quando ele é bem-sucedido e de impotência quando não o é. A vergonha (diante de si) substitui a culpabilidade (com relação aos outros).

A queda dos *ideais do eu* acarretada pela pós-modernidade produz consequências no *supereu* - instância de introjeção dos *ideais do eu* (FREUD, 1982b), ali onde se inscreve a lei. Por falta de uma instância que lhes peça contas, conclui Dufour (2005a, p. 107), acontece de os sujeitos se tornarem indiferentes ao sentido a dar a seus próprios atos. É no espaço vacante deixado por essa queda atual dos *ideais do eu* e do *supereu*, em sua face simbólica, que se entranha o *Mercado* (DUFOR, 2005, p. 108).

A inconsistência superegoica verdadeira e a insensibilidade à injunção simbólica inerente ao sujeito pós-moderno determina fenômenos, tais como aqueles relatados por Giddens (1993, p. 22-23): a) a proporção de mulheres casadas há mais de cinco

anos que têm encontros sexuais extraconjugais é, hoje em dia, virtualmente a mesma que aquela dos homens; b) uma proporção muito alta de homens, assim como uma proporção substancial de mulheres, tomou parte em atos homossexuais em algum momento de suas vidas; c) apenas 50% de todos os homens americanos declaram-se exclusivamente heterossexuais, eram exclusivamente homossexuais ou convictamente bissexuais 18%. Entre as mulheres, 2% eram exclusivamente homossexuais, 13% das outras se envolveram em alguma forma de atividade homossexual, enquanto outros 15% declaram ter tido impulsos homossexuais, mas sem realizá-los. A emergência da homossexualidade é um processo muito real, afirma Giddens (1991), com consequências importantes para a vida sexual em geral. Freud (1982d) associava a homossexualidade à estrutura psíquica *perversa*. Freud (1982 d) buscava demonstrar que os traços sexuais associados à perversão, longe de estarem restritos a pequenas categorias de pessoas anormais, são qualidades comuns à sexualidade de toda gente. Por isso, é inadequada a utilização da palavra perversão como um termo acusatório.

A NOÇÃO DE SUJEITO PÓS-MODERNO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS PARA A ANÁLISE DE DISCURSOS

Preferimos neste *paper* a expressão proposta por Gregolin (2006) - *análise de discursos* – compreendida no sentido genérico de interpretação do discurso, em vez de a designação tradicional – Análise do Discurso, em suas múltiplas abordagens, as quais sistematizamos em três perspectivas: análise do conteúdo; semiótica francesa; análise sociológica do discurso (GODOI; COELHO; SERRANO, 2014). No dizer de Van Dijk (1983, p. 14; 2004, p. 11), que atua dentro da etnometodologia, é difícil estabelecer distinções disciplinares precisas no campo dos estudos de discurso, que parece cada vez mais se caracterizar como um campo interdisciplinar independente, no qual métodos e teoria puramente linguísticos ou gramaticais se mesclam aqueles da etnografia, microssociologia e aos da psicologia.

Explicando mais detalhadamente o agrupamento de abordagens da análise do discurso proposto, Alonso (1998) – um dos principais teóricos da ASD - propõe a organização em três níveis básicos de aproximação ao discurso: a) o nível informacional-quantitativo, que prima pela dimensão denotativa do texto (principal representante a análise do conteúdo); b) o nível estrutural-textual, que concebe o texto como resultado de invariantes formais (representado principalmente pela semiótica francesa); e c) o nível social-hermenêutico, vinculado à dimensão pragmática da linguagem e à análise de seus usos sociais (também chamado de análise sociológica do discurso, de origem espanhola) (GODOI; COELHO; SERRANO, 2014).

Em sociologia e psicologia, o sujeito ainda se define por referência a outra coisa diferente de si mesmo, evidencia Dufour (2002, p. 43): primeiro a formas sociais que determinam o sujeito sem que este se entere; e segundo a uma organicidade, a uma maquinária reflexa que duplica a consciência. Em linguística, a questão é, porém,

mais radical: esse terreno só foi possível constituir-se com a condição terminante de excluir a palavra e o sujeito (também o sujeito autorreferencial aqui retratado) do objeto de estudo para interessar-se somente pela língua como sistema. Ou seja, podemos dizer que a linguística forcluiu o sujeito.

A partir do momento em que abre a boca, três termos que estão à disposição imediata do locutor. Antes mesmo de pensar nisso, o locutor dispõe dos *três* termos – daí a noção simples de ternário: *eu, tu e ele*, que conformam instantaneamente o espaço simbólico, pessoal e social. Ninguém jamais precisará se justificar quanto ao seu uso: eles são nosso bem inalienável, nosso bem comum, nossa única verdadeira democracia. Eles estão aí em nosso uso mais incontrolado da linguagem. Este dado, ao mesmo tempo trivial e fundamental, determina a condição do homem na língua e tudo o que se pode dizer sobre isso. *Eu, tu, ele* formam essa trindade espontânea, absolutamente imanente no uso da linguagem (DUFOUR, 2002 p. 52).

Se a trindade assombra nossas ciências da linguagem, é simplesmente porque ela se aloja na nossa própria língua, a língua natural, aquela que falamos todos os dias é habitada pela trindade. Queiramos ou não, como sujeitos falantes, somos sujeitos do ternário - *eu* diz a *tu* histórias que *eu* obtém *dele* – nessa naturalidade da língua reside o ternário, explica Dufour (2000, p. 17). No centro da realização imediata como ser falante, encontram-se esses três termos, irreduzíveis uns aos outros. Essa propriedade trina, muito banal e muito evidente. A trindade não é aquela do dogma cristão. A trindade que tomamos por objeto é anterior a toda crença, ela está inscrita em nossa condição de ser falante. É a trindade natural da língua natural, já que é no e pelo ternário que os homens se formam como sujeitos falantes e formam sociedades.

As ciências da linguagem são estruturadas como o mistério da Santíssima Trindade, proclama Dufour (2000, p. 15). O homem é ternário, porém, está e vias de desaparecer em benefício de outro mais “jovem”: o homem binário. Essa questão da hegemonia do binarismo, aqui retomada por Dufour (2000, p. 9), já fora anteriormente analisada. Trata-se do sujeito autorreferencial. No entanto, a importância do número três na vida social e a própria noção do terceiro possuem uma dimensão epistemológica que deixa mal as simplificações redutoras, declara Maffesoli (2006, p. 172). O triadismo tem um caráter instituinte da sociedade e da sociologia. O ternário – em suas formas já descritas de substituição pelo binário – cedeu, então, lugar à relação dual psicotizante.

A pergunta fundamental a ser formulada pelo analista do discurso é “quais as condições - econômicas, políticas, sociais, etc. - que possibilitaram, em certo momento histórico, o aparecimento de um determinado enunciado e não outro em seu lugar” (FOUCAULT, 1986). A análise de discursos tem como tarefa a descrição dos jogos de relações que os enunciados estabelecem no interior do arquivo de uma época, afirma Gregolin (2006, p.27). Essa inserção da análise de discursos na História aproxima o que estamos tentando desenvolver acerca da influência da era

pós-moderna sobre as práticas de análise de discurso. Sobre a inserção da análise do discurso na história dos países, Flick (2004) alerta que qualquer categorização da prática da pesquisa qualitativa em uma sequência progressiva de etapas corre o risco de inutilidade em virtude de seu caráter ideológico.

O discurso nunca possui uma só dimensão (FINK, 1998, p. 19). Usar lapsos de uma língua na interpretação nos lembra imediatamente de que vários discursos podem usar o mesmo porta-voz ao mesmo tempo. Os falantes, para além de simplesmente usarem a linguagem como instrumento, também são usados por ela; eles são os joguetes da linguagem e são ludibriados por ela. A linguagem tem vida própria, ela também opera de maneira independente, fora do nosso controle. Muitas vezes temos a sensação de que escolhemos nossas palavras, outras vezes elas são escolhidas para nós. Certas palavras e expressões se apresentam enquanto falamos ou escrevemos – nem sempre as queremos – às vezes com tanta persistência que somos quase forçados a falar ou escrevê-las antes de sermos capazes de prosseguir (FINK, 1998, p. 32).

A concepção de Fink (1998) de que a linguagem e os discursos têm vida própria é compartilhada pela mencionada escola da Análise Sociológica do Discurso Espanhola (ASD) e constitui um dos motivos de divergência entre esta e seu correlato mais próximo – a Análise Crítica do Discurso (ACD), de origem anglo-saxã. Como descrevem Godoi, Coelho e Serrano (2014), a identificação da ASD como análise sócio-hermenêutica e pragmática do texto e da situação a situa em certa linha de conexão a ACD, entretanto, com uma diferença básica na concepção de poder: a ACD entende o poder do discurso em função do nível de poder social de suas possíveis produções – no dizer de Foucault (2002), os sujeitos não têm o poder, o poder é que tem os sujeitos; a ASD, por sua vez, defende a existência de uma força e de um poder próprio dos discursos, determinado pela sua força simbólica intrínseca e por sua capacidade de canalização das tensões e das disputas sociais (CONDE, 2009). A ACD considera que a capacidade crítica é dada pelas relações de poder ocupadas pelos produtores do discurso, por isso se identifica com uma concepção mais contextual, externalista (CONDE, 2009) do texto. Já na concepção da ASD, principalmente nas metodologias de Conde (2009) e Alonso (1998), em virtude da linguagem não possuir poder próprio, estabelecem-se a vinculação e a articulação entre ambas as análises: internalistas e contextuais dos textos. Essa articulação entre texto e contexto gera dentro da ASD práticas muito diversificadas de interpretação do discurso em razão da orientação teórica do analista.

Gregolin (2006, p. 28) alerta que o analista de discursos deve descrever as conexões, os jogos, as forças, as estratégias discursivas que materializam num dado momento histórico efeitos de sentido que circulam no espaço social. Essas concepções que são sustentadas pelo descontínuo e pela multiplicidade acarretam *mudanças metodológicas nas práticas interpretativas* – e é essa a principal preocupação aqui: a busca das relações entre a materialidade e a historicidade dos enunciados, em vez

de sujeitos fundadores e de regularidades absolutas. A análise de discurso, nesse sentido, estaria preparada para incorporar as mudanças na sociedade, no sujeito e no discurso pós-moderno.

Em análise de discursos é preciso ouvir a enunciação sob o enunciado e obrigarse a relacionar a objetividade da coisa à *performance* do discurso. Algumas questões desafiadoras se impõem, então, aos analistas de discurso: a) a primeira diz respeito à compreensão desse novo universo dual – na qual o trê e o simbólico ausentam-se; b) em seguida, torna-se necessário descobrir o que fazer para interpretar enunciados desprovidos de enunciação, de recalque e das camadas veladas do discurso – fontes tradicionais da interpretação no referencial moderno; c) e, principalmente, entender como lidar com as transformações no contexto pós-moderno, sendo o contexto o limite de toda interpretação.

Há possibilidade de interpretar discurso de um sujeito ao menos epistemologicamente perverso (que infringe a lei) e psicótico (que desconhece a lei) que dispensa o *Outro* e atravessa livremente as camadas da linguagem? De um sujeito cujo retorno livre do recalco não diferecia a lei da permissão? Que abandonou o contexto estável grupal no qual desempenhava funções para habitar frágeis e efêmeras Tribos de identidade passageira? O que poderia constituir brechas e falhas no discurso de um sujeito perverso? Freud (1982b) já dizia que o perverso não é analisável, ou seja, não é passível de interpretação que, tampouco, teria qualquer efeito sobre seu *eu* autorreferencial.

A alteridade, ou seja, o sujeito heterogêneo exposto ao equívoco porque se relaciona sempre com um discurso-outro, é - na análise de discursos - fundamental à possibilidade de interpretar. Como vimos, a pós-modernidade extinguiu o *Outro*. Da mesma forma, a palavra, em Bakhtin (1997), nasce das relações sociais e dirige-se a um interlocutor real, ela é criada em função da relação com o grupo social ao qual o sujeito pertence e dos laços sociais que ele estipula com o grupo. Grupo hoje transmutado em *Tribo*.

Essas mudanças teóricas e mundanas transformaram o *corpus* de análise de discurso: se antes os analistas trabalhavam apenas com textos consagrados e escritos, passam agora necessariamente a incorporar as produções orais do cotidiano. Essa mudança nos objetos é expressa por Pêcheux (1995; 1997): coloca-se cada vez mais a necessidade de entender esse discurso – na maior parte das vezes silencioso – da urgência às voltas com os mecanismos de sobrevivência: trata-se para além da leitura dos Grandes Textos, de se pôr na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido. Portanto, não há como escapar de rever as práticas da análise de discurso cotidiano a partir das transformações pós-modernas.

A dificuldade, entretanto, que se impõe a essa adaptação da análise de discurso à pós-modernidade reside no atraso aproximado de 20 anos na análise de discurso brasileira, como relata Gregolin (2006, p. 23). Certos conceitos, por exemplo, que foram suplantados no desenvolvimento da análise de discurso na França (com o desaparecimento de seus

principais formuladores, Pêcheux, Athusser e Foucault), continuam muito presentes nos trabalhos brasileiros. É o caso da noção de Pêcheux de *formação discursiva*, que foi abandonada nos trabalhos franceses a partir de 1980, e continua fortemente instalada em muitos trabalhos da análise de discurso brasileira, descreve Gregolin (2006, p. 23). É o caso também da convivência em trabalhos brasileiros, de conceitos estabelecidos em diferentes momentos e que são epistemologicamente contraditórios, narra o autor: por exemplo, a conciliação entre a noção de *sujeito assujeitado* à ideologia (com todas as consequências que as teses althusserianas provocam na teoria) e de micro-poderes e resistências (noções foucaultianas que pressupõem as ações dos *sujeitos na história*). Ou seja, contradições entre a noção de *sujeito* e *indivíduo* desenvolvidas no interior da própria análise de discurso brasileira.

Note-se que ao contrapor o sujeito assujeitado e o sujeito da história, Gregolin (2006) parece não ultrapassar o dualismo na noção de sujeito já desenvolvido nesse artigo. Tal dualismo nos parece agora já superado – dentro da análise de discursos – pelo próprio Foucault (2004), como podemos observar a seguir. Como um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série e enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos (FOUCAULT, 2004), o que entendemos por sujeito em análise de discurso é uma dispersão de lugares. Trata-se para o autor de um sujeito cindido, dividido, disperso (dividido por causa do significante, não exatamente pelo recalque inconsciente de Freud). Ele não é totalmente assujeitado porque está permanentemente envolvido em micro-lutas cotidianas e produzir discursos pressupõe sempre a possibilidade do equívoco, da falha do deslizamento dos sentidos. A resistência surge dessa possibilidade de o sentido ser outro, da possibilidade de o sujeito deslocar-se e fragmentar-se em várias posições, de agenciar a memória - propriedade fundamental da língua, isto é, o fato de que ela é constitutivamente atravessada pelo equívoco, pela falha e, portanto, é preciso descrever o jogo de diferenças, as alterações, as contradições, a heterogeneidade constitutiva.

A ideia geral de Gregolin (2006, p. 24) sobre as descontinuidades entre a análise de discurso francesa e a brasileira é de que o que foi produzido na França, em certo período (1969 a 1983), é aquela que vem sendo feita no Brasil desde o início dos anos 1980. A hipótese do autor é de que talvez estejamos hoje (nos trabalhos mais recente da análise de discurso brasileira muito próximos de alguns pontos pronunciados por Pêcheux em seus textos de 1983). Esse atraso no campo da linguística, sem dúvida, faz sentir seus efeitos sobre a utilização de análise de discurso como prática metodológica nos *estudos organizacionais*.

Ofato de não termos passado pelas discussões realizadas na França – e, evidentemente, eles não seriam pertinentes para nós, dado que a nossa História é muito diferente – provoca uma falta: ausência de explicitação de metodologias para a análise de discursos. Ausência essa que no campo dos *estudos organizacionais* – não tão contaminado por essa herança histórica da análise e discurso – procuramos suprir.

Para Pêcheux (1995), o discurso é sempre produzido por sujeitos sócio-historicamente determinados, por isso condicionados a regras languageiras e históricas, que regulam as práticas discursivas. Novamente aqui poderíamos ser otimistas em pressupor a integração entre as práticas e os métodos da análise de discurso e os preceitos da nova era. Trata-se, segundo Foucault (2004), de um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definem as condições de exercício da função enunciativa. Aparece também em Foucault (2004) a junção entre as práticas discursivas e a historicidade. Não se trata de sujeitos concretos, nem de sujeitos psicológicos, mas de sujeitos históricos e, portanto, de posições de sujeitos, diz Foucault (2004) – posição essa de sujeito bastante próxima do que desenvolvemos aqui como *noção de sujeito*, concreto e epistemológico.

Aproximando a noção de sujeito discursivo de uma prática que emergiu no contexto histórico e econômico de um país, podemos falar de uma abordagem que vem sendo hoje também desenvolvida nos estudos organizacionais brasileiros. Vinculada à Tradição Espanhola de Investigação Social Qualitativa (IBÁÑEZ, 1986; ALONSO, 1998; ORTÍ, 2001; CONDE, 2008; RUIZ RUIZ, 2009 - entre outros), comandada principalmente pela Escola Qualitativa de Madri, emergiu, no início dos anos 1970, a chamada Análise Sociológica do Discurso (ASD) – tema desde ensaio. Porém, os primeiros passos e usos desta abordagem iniciaram-se ao final da década de 1950 e concretamente nos anos de 1960, quando começa a investigação de mercados na Espanha, onde a introdução do capital transnacional traz a flexibilização do regime franquista e seu reconhecimento por parte da comunidade internacional. Este é o início de um novo modelo de consumo de massas que se instaurou naquela época e que implicou a necessidade de investigações centradas nos potenciais consumidores. A partir de 1973, ainda durante a ditadura de Franco, nasceu o edifício teórico e metodológico da Análise Sociológica do Discurso, que passaria a se constituir como o núcleo fundamental da pesquisa qualitativa na Espanha. Paradoxalmente, no centro da falta de liberdade política e de pensamento (PEINADO, 2002) contra o saber oficial, e permeado por práticas de contestação, surge uma intensa reflexão sobre os problemas sociais capaz de produzir um redirecionamento da investigação da linguagem entendida a partir desse momento como discurso social (GODOI; COELHO; SERRANO, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo não pretendeu sistematizar metodologias ou prescrever técnicas de análise de discurso para a pós-modernidade, cabe, entretanto, ressaltar, juntamente com o pensamento de Maffesoli (2004, p. 12), que em um momento fundador, não é possível criar um sistema, ser um “autor de manual”. É preciso dedicar-se a formular hipóteses e propor pistas de reflexão ainda que audaciosas, ou mesmo pouco canônicas, se quisermos aprender em profundidade o que se acha em estado nascente.

Acerca da noção de sujeito perverso/psicotizante aqui trabalhada como sujeito característico da pós-modernidade, cabe um encerramento. Os sinais dessa transformação afetam as formas de *ser-si* e de *estar-junto* na modernidade. A emergência desse novo sujeito corresponde, aponta Dufour (2005, p. 99), de fato a uma *fratura na modernidade* que vários filósofos observaram, cada um à sua maneira. Sujeito que aqui compreendemos sob várias formas de pensamento – psicanalítico, sociológico, filosófico e linguístico, procurando os limiares de contribuição de cada área para a formação do sujeito pós-moderno.

Sintetizando essa noção, do lado da consciência reflexiva (processos ditos secundários, ou conscientes, no dizer de Freud, 1982b), o neoliberalismo quer absolutamente acabar com o sujeito *crítico* da modernidade e fazer suscitar justamente o lado do inconsciente (processos ditos *primários*, ditos por Freud, 1982b). Isso porque o neoliberalismo, declara Dufour (2005, p. 110), não tem mais o que fazer com o velho sujeito herdado da modernidade, exposto por Freud (1982b), classicamente *neurótico* e assaltado pela culpabilidade. Quer dispor de um sujeito a-crítico e, tanto quanto possível, *psicotizante*. Podemos supor que há um interesse, portanto, do *Mercado*, nessa nova noção de sujeito. Isto é, um sujeito disponível para todas as conexões, um sujeito incerto, precário, indefinidamente aberto aos fluxos de mercado e comunicacionais, em carência permanente de mercadorias para consumir. Portanto, a forma do sujeito atual está se inclinando para o lado do *esquizo* - única forma capaz de navegar ao sabor dos fluxos múltiplos.

Stuart Hall, citado por Eagleton (1998, p. 24), também concorda que nós não podemos mais conceber o indivíduo como *ego* íntegro, centrado, estável e acabado, ou seja, o sujeito unificado consiste numa mera falsa consciência, dissipável a um toque de desconstrução ou a uma expansão do consumo. O sujeito falante, na pós-modernidade, não é mais definido hetero-referencialmente, mas autorreferencialmente. Os trabalhos de Benveniste (1988) e de Lacan (2003) acabaram por instruir os direitos semióticos e psíquicos de um novo sujeito autorreferencialmente definido. A submissão ao *Outro* se pagava outrora com um distúrbio mental chamado *neurose*. Caracteriza-se pela dívida que estava ligada à questão do pai, isto é, como Lacan (2003) mostrou, do pai como nome, aquele que nomeia, representa a lei, a interdição, aquele por quem advém o acesso ao simbólico, aquele a quem se deve.

Vivemos em um mundo em que se pode ser viciado em qualquer coisa (drogas, álcool, café, exercícios, esporte, cinema, sexo ou amor, anorexia) “o vício é qualquer coisa sobre qual sentimos que temos de mentir” (SCHAEFF *apud* GIDDENS, 1997, p. 90). O vício nos mantém fora de contado conosco mesmos (nossos sentimentos, moralidade, consciência – nosso processo de vida); as relações dos indivíduos com os outros também tendem a ser, da mesma forma, obsessivas em vez de livremente iniciadas, descreve Giddens (1997), de forma não otimista o cenário da psicossomática pós-moderna. E complementa o autor: vivemos na sociedade da separação e do

divórcio. Uma pessoa pode se mover e olhar para qualquer olhar. Maffesoli (2006, p. 153) condensa a questão, ao analisar que a modernidade, ao mesmo tempo em que multiplicou a possibilidade das relações sociais, esvaziou-as, em parte, de todo conteúdo real.

Entretanto, não devemos crer que nossos conhecimentos sobre a boa e velha psicose clássica seriam suficientes para dar conta do fenômeno. Estamos, ao contrário, no início da exploração das novas formas psicotizantes da pós-modernidade. Não é apenas a análise de discursos que está, em boa parte, desprovida de metodologias de interpretação do discurso do sujeito pós-moderno. Também, no campo clínico, a psicanálise.

Chia (1995) aponta que algumas tentativas distintivas para aludir esforços, para, ainda que inadequadamente, elaborar um estilo cognitivo e uma lógica discursiva que pode melhor expressar e elaborar o complexo, paradoxo e efêmero aspecto da condição humana que tem sido negada e legitimada com a dominância de códigos de expressão que continuam a circunscrever o pensamento científico e social contemporâneo. Alvesson e Deetz (2010) comentam a centralidade do discurso que enfatizam os poderes constitutivos de uma linguagem e os objetos “naturais” que são vistos como discursivamente produzidos.

Grimshaw (2001) desenvolveu a associação entre análise de discurso e a sociologia e, sendo os estudos organizacionais originários da sociologia, autores como Kilduff e Mehra (1997) têm trabalhado com as possibilidades de pesquisa em estudos organizacionais no contexto pós-moderno. Entretanto, sabemos que não há uma tradição metodológica brasileira de análise de discursos, nos campos da linguística, da antropologia e da psicanálise – historicamente transpassados pela questão do discurso – e que desenvolvê-la no campo dos estudos organizacionais exige tempo de maturação e debate sob o risco de simplificações excessivas. O que sabemos é que é preciso, para tanto, levar em conta a sociedade e o sujeito discursivo pós-moderno. Vêmo-nos aqui nos debatendo com as limitações atuais da linguagem e com as limitações atuais do nosso campo metodológico nas organizações.

REFERÊNCIAS

- ALASTUEY, E.B. (2003) Fragmentos de la realidad social posmoderna. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**. v. 102. p. 9-46.
- ALONSO, L. E. (1998). **La mirada cualitativa en sociología**. Madrid: Fundamentos.
- ALVESSON, M.; DEETZ, S. (2010) Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de Estudos Organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. v.1. 5ª reimpressão. São Paulo: Atlas.
- ANTONIO, R. J. (2000). After postmodernism: reactionary tribalism. **The American Journal of Sociology**, 106 (1), 40.

- ANDERSON, P. (1999). **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- BENVENISTE, E. (1988). **Problemas de linguística geral**. São Paulo: EDUSP.
- BADIOU, A. (2002). **Para uma nova teoria do sujeito**: conferências brasileiras. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- BAKHTIN, M. (1997). **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes.
- BAUMAN, Z. (1999). **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- BAUMAN, Z. (2008a). **Vida para Consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BAUMAN, Z. (2008b). **A Sociedade Individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BAUMAN, Z. (2009). **Vida líquida**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASCH, S. (1997). **Modernidade reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da UNESP.
- BENITO, L. E. A.; RODRIGUEZ, C.J. F. (2010). Consumo e Hipermodernidad: una revision de la teoria de Gilles Lipovetsky. **Anuário Filosófico**. v. 43. n° 2. p. 325-351.
- BEST, S.; KELLNER, D. (1997). **The postmodernism turn**. Nova York: Guilford Press,
- CALÁS, M.; SMIRCICH, L. (1999). Past postmodernism? reflections and tentative directions. **Academy of Management Review**. V. 24, n. 4, p. 649-671.
- CHIA, R. From Modern to Postmodern Organizational Analysis. *Organization Studies*. v. 16. n° 4. p. 579-604, 1995.
- CONDE, F. (2008). **Los estilos educativos de las familias españolas y el conjunto de drogas en la adolescencia**. Madrid: Confederación Española de Asociaciones de Padres y Madres de Alumnos.
- CONDE, F. (2009, Nov.). Análisis sociológico del sistema de discursos. **Cuadernos Metodológicos 43**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS).
- DYBICZ, P. (2010) Mimesis: linking postmodern theory to human behavior. **Journal of Social Work Education**, Vol. 46, No.3. p.341-355.
- DÖR, J. (1991). **Estruturas e perversões**. Porto Alegre RS: Artes Médicas.
- DUFOUR, D. R. (2000). **Os misterios da trindade**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- DUFOUR, D. R. (2002). **Locura y democracia**: ensayo sobre la forma unaria. México: Fondo de Cultura Económica.
- DUFOUR, D. R. (2005). **A arte de reduzir as cabeças**: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- DUFOUR, D. R. (2005a). **On achève bien les hommes**: de quelques conséquences actuelles et futures de la mort de Dieu. Paris: Éditions Denoël.
- EAGLETON, T. (1998). **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- ELIA, L. (2000). **O conceito de sujeito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahad Ed.
- FERRÉS, J. (2000). **Educar en una cultura del espectáculo**. Barcelona: Paidós.
- FINK, B. (1998). **O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FLICK, U. (2004). **Introducción a la investigación cualitativa**. Madrid: Morata.
- FOCAULT, M. (2002). **El orden del discurso**. Barcelona: Fabula Tuquets.
- FREUD, S. (1982a). **Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna** (1908). ESB. Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, S. (1982b). **O inconsciente** (1915). ESB. Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, S. (1982c). **Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais** (1919). ESB. Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, S. (1982d). **A perda da realidade na neurose e na psicose** (1924). ESB. Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, S. (1982e). **O inconsciente** (1905). ESB. Rio de Janeiro: Imago.
- FOUCAULT, M. (2004). **Vigiar e punir**. Petrópolis: Voes.
- FONSECA, M. A. (2003). **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC.
- GIDDENS, A. (1991). **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP.
- GIDDENS, A. (1993). **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da UNESP.
- GIDDENS, A. (1997). A vida em uma sociedade pós-industrial. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASCH, S. **Modernidade reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da UNESP.
- GIDDENS, A. (2000). **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record.
- GIDDENS, A.; BECK, U.; LASCH, S. (1997). **Modernidade reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da UNESP.
- GODOI, C.K; COELHO, A.L.A.L; SERRANO, A. (2014). Elementos Epistemológicos e Metodológicos da Análise Sociológica do Discurso: abrindo possibilidades para os Estudos Organizacionais. **Organização & Sociedade**. v. 21. n° 70. p. 509-536.
- GREGOLIN, M. R. (2006). Análise dos Discursos: descrever – interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história. In: NAVARRO, P. (Org.) **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceito e métodos**. São Carlos, SP: Claraluz.
- GRIMSHAW, A. (2001). Discourse and sociology: sociology and discourse. In: SCHIFFRIN, D.; HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola.
- HICKS, S.R.C. (2011). **Explicando o Pós-modernismo: ceticismo e socialismo de Rousseau a Foucault**. São Paulo: Callis Editora, 2011.
- HARVEY, D. (1992). **A Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 19. ed. São Paulo: Edições Loyola.

IBÁÑEZ, J. (1986). Perspectivas de la investigación social: el diseño en las tres perspectivas. En: GARCÍA, M.; IBÁÑEZ, J. & ALVIRA, F. (Orgs.). (1986). **El análisis del realidad social: métodos y técnicas de investigación**. Madrid: Alianza.

JAMESON, Frederic.(2006) **A virada cultural: reflexões sobre o pós-moderno**. Trad. Carolina Araújo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2006.

KANT, I, A. (2002). **Crítica da razão prática**. São Paulo: Martins Fontes.

KILDUFF, M.; MEHRA, A. (1997). Postmodernism and organizational research. **The Academy of Management Review**, 22 (2), 453.

LACAN, J. (2003). **Outros escritos**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro.

LECLAIRE, S. (1977). **Psicanalisar**. São Paulo: Perspectiva.

LIPOVETSKY, Gilles. **Metamorfose da cultura liberal: ética, mídia e empresa**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

MAFFESOLI, M. (2004). **Notas sobre a pós-modernidade: o lugar faz o elo**. Rio de Janeiro: Atlântica Editora.

MAFFESOLI, M. (2006). **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

ORTÍ, A. (2001). En el margen del centro: la formación de la perspectiva sociológica crítica de la generalización de 1956. In: ORTÍ, A. (Coord.). Presente y futuro de la sociología en España. **Revista Española de Sociología**, 1, Septiembre.

PÊCHEUX, M. A. (1995). Análise do Discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de M. Pêcheux**, Campinas, SP: Pontes.

PÊCHEUX, M. A. (1997). **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes.

PESCOSOLIDO, B. A.; RUBIN, B. A. (2000). The web of group affiliations revisited: social life, postmodernism and sociology. **American Sociological Review**. v. 65, n.1, p. 52-76.

POSSENTI, S. (2001). **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes.

POSSENTI, S. (2002). **Os limites do discurso**. Curitiba, PR: Criar Edições.

RICOEUR, P. (1991). **O si-mesmo como um outro**. Campinas, SP: Papyrus.

RYAN, C.; MCLOUGHLIN, D.; KEATING, A. (2006). Tribespotting: a semiotic analysis of the role of consumption in the tribes of Trainspotting. **Journal of Consumer Behaviour**.v. 5. p. 431-441,

ROULEAU, L.; CLEGG, S. R. (1992). Postmodernism and postmodernity in organizations analysis. **Journal of Organizational Change Management**, 5 (1), 8.

RUIZ RUIZ, J. (2009). Análisis sociológico del discurso: métodos y lógicas. Forum Qualitative Sozialforschung/Forum. **Qualitative Social Research**, 10(2), art.26.

SANTOS, B. S. (1987). **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortes.

SANTOS, B. S. (2001). **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez.

SANTOS, B. S. (Org.). (2004). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso**

sobre as ciências revisitado. São Paulo Cortez.

SAVICKAS, M.L. (2012). Life Design: A Paradigm for Career Intervention in the 21st Century. **Journal of Counseling & Development**. v.90. p. 13-19.

SMITH, I. H.; WOODWORTH, W.P. (2012). Developing Social Entrepreneurs and Social Innovators: A Social Identity and Self-Efficacy Approach. **Academy o Management learning & Education**. Vol.11. No. 3. 390-407.

VAN DIJK, T. A. (2004). **Cognição, discurso e interpretação**. São Paulo: Contexto.

VAN DIJK, T. A. (1983). **La ciencia del texto**. Barcelona: Paidós.

VENKATESH, A.; MEAMBER, L. A. (2008). The aesthetics of consumption and the consumer as an aesthetic subject. **Consumption Markets & Culture** v. 11, nº. 1, p. 45–70.